# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

## ATA N.º 23/2019

------- Ata da reunião ordinária realizada aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove.----------

------- Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Irene Paixão dos Santos Leitão. ----------

------- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.----------

------- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:----------

1. **Aprovação da ata n.º 22/2019**
2. **Período Antes da Ordem do Dia.**
3. **Ordem do Dia.**
   - 3.1. **Deliberação sobre o ofício remetido pela Associação das Termas de Portugal – Termas Centro (Constituição do novo consórcio – Território Termal de Manteigas/Manteigas).**
   - 3.2. **Deliberação sobre o apoio ao projeto "Transumâncias – Itinerários turísticos baseados nas atividades da transumância e no patrimônio histórico e imaterial nas Beiras, Serra da Estrela e Alentejo".**
   - 3.3. **Deliberação sobre a abertura do procedimento para aprovação do Regulamento municipal de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local – "Lojas com história"**
   - 3.4. **Deliberação sobre o apoio financeiro extraordinário para o desenvolvimento de ações excecionais – Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira.**
   - 3.5. **Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas, pela utilização do Pavilhão Municipal, formulado pela Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela (AFACIDASE).**
   - 3.6. **Deliberação sobre a aprovação do projeto de arquitetura, apresentado no processo n.º 22/2019.**
   - 3.7. **Deliberação sobre a aprovação da ampliação da escola primária, solicitada por Moura Salvado – Projetos e Gestão Imobiliária, LDA.**

# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**3.8. Deliberação sobre o licenciamento da alteração e ampliação de habitação unifamiliar (Proc. 15/2018).**

**3.9. Deliberação sore a alteração de edifício unifamiliar (Proc. 12/2016).**

**Aprovação da ata nº 22/2019.** ----------

------ O Senhor Presidente deu início a presente reunião, tendo questionado os Senhores Vereadores sobre se desejavam tecer considerações sobre a ata em apreço. Verificando a intenção do Senhor Vereador José Cardoso em intervir, concedeu-lhe a palavra. ----------

------ O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso recordou que, no Órgão Executivo, existe o consenso de fazer verter na ata um resumo daquilo que se passa nas reuniões de Câmara. A ata em apreciação é uma exceção clara desse consenso. Declarou que há mais de quarenta anos que lê as atas da câmara e nunca leu uma ata semelhante a esta, onde são mencionados os minutos e segundos da gravação, em relação a uma declaração de voto, que nem sequer foi produzida, nem anunciada em reunião de Câmara. ----------

Considerou que as atas devem conter aquilo que é o indispensável das deliberações da Câmara. A título de exemplo, referiu que, numa reunião anterior, tinha feito uma anotação à ata, pois na mesma refere a apresentação da UOPG do Skiparque, mas não contém as propostas e as opiniões explanadas pelo Órgão Executivo sobre a UOPG apresentada, ainda assim não votou contra essa ata. Apenas sugeriu que fosse feito um memorando, para posteriormente ser distribuído aos Senhores Vereadores, no sentido de quando analisarem o trabalho final, poderem verificar se as referidas reflexões e propostas foram ou não consideradas. ----------

Assim sendo, questionou se são retirados da ata conteúdos dessa tamanha importância, qual a razão de assuntos de nula importância serem tratados em ata. Na sua opinião, isto é um precedente grave, em relação aos critérios de elaboração das atas, a não ser que se utilize o mesmo procedimento para todos os elementos do Executivo e que se coloque na ata *ipsis verbis* do que cada um explanou em reunião.----------

Apelou ao bom senso da Senhora Vice-Presidente, no sentido de retirar da ata a reprodução mencionada. ----------

------ O Senhor Presidente explicou que não pode contrariar a vontade de um Vereador que pretende ver determinadas questões explanadas na ata. ----------

------ A Senhora Vice-Presidente fez uso da palavra, aludiu que o Senhor Vereador José Cardoso devia estar distraído, pois na anterior reunião tinha referido que ia apresentar uma declaração de voto, tendo mencionado qual seria o seu conteúdo. ----------

Sublinhou que sendo uma declaração de voto sua, faz questão que a mesma conste da ata supracitada, pois considera que o assunto abordado é importante, inclusivamente por ter o

pelouro do desporto e do associativismo. Declarou que tem bom senso e o seu bom senso vai no sentido de não permitir que essa declaração seja retirada da ata. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que as sugestões que foram apresentadas sobre a UOPG e que não constam da ata, devem nela serem vertidas, pois a equipa que fez a dita apresentação não teve oportunidade de registar essas anotações. ----------

------- O Senhor Presidente solicitou à Senhora Dra. Gabriela Cravinho que, do ficheiro áudio da reunião onde foi apresentada a UOPG da Relva da Reboleira, sejam retiradas as questões essenciais sobre esse assunto, no sentido de se fazer um memorando, para posteriormente ser enviado para o departamento técnico e para os Senhores Vereadores. ----------

------- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, explanou que relativamente à apresentação da UOPG da Relva da Reboleira, o projeto tem de ser discutido no Órgão Executivo, para que entre todos possam fazer os acertos e as alterações que consideram ver introduzidas. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu que apenas foi apresentado um estudo prévio. ----------

------- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão sublinhou que mesmo sendo um estudo prévio, que eventualmente irá levar à elaboração de um projeto, o mesmo terá de ser analisado pelo Órgão Executivo. ----------

------- O Senhor Presidente deu nota que a equipa técnica apenas apresentou uma proposta sobre a UOPG e ouviram as sugestões da Câmara. A UOPG ainda não está feita, está a ser trabalhada e há-de vir novamente à apreciação da Câmara. Frisou ser importante que a equipa técnica tenha em conta as observações que foram feitas, no desenvolvimento do processo. ------

------- Achada conforme, a ata n.º 22/2019 (da reunião do dia 20-11-2019) foi aprovada, por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador José Cardoso, e quatro votos a favor, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso apresentou uma declaração de voto que em seguida se transcreve:

*"Voto contra a ata, porque não foram seguidos na sua elaboração os critérios que têm sido adotados, no sentido de ata só conter o essencial das deliberações."* ----------

**Período Antes da Ordem do Dia.----------**

------- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aludiu que quando o Órgão Executivo discutiu sobre a identificação ou não dos projetos de obras, tinha ficado com a ideia de que todos os requerentes deveriam ser mencionados na ordem de trabalhos, por uma questão de transparência e de informação para quem lê as atas, de modo a conseguir localizar o projeto. A

mera indicação do processo, não é identificação para quem deseje consultar essa deliberação e caso tenha a necessidade de reclamar não o vai poder fazer. ----------

Entretanto, há exceções a essa regra, a título de exemplo referiu que, na última reunião, vinha mencionado na ordem de trabalhos o requerimento da Vila Galé para a instalação de armazenamento de GPL. Avocou que na presente ordem de trabalhos, no ponto 3.6, é mencionado o processo 22/2019 e não menciona o requerente, por sua vez no ponto 3.7 da ordem de trabalhos é referido o nome do requerente, mas não é indicado o número de processo. Na sua perspetiva deve-se uniformizar este procedimento, sendo da opinião que deveriam ser sempre mencionados os requerentes dos processos de obras, por uma questão de transparência e informação. ----------

Recomendou ao Senhor Presidente que com caráter sistemático, verificasse as luzes do Ribeiro da Vila, pois fundem-se com muita facilidade. Disse que teve conhecimento de que existia um atraso no pagamento de salários na Escola de Hotelaria. Salientou que o início do ano letivo é sempre complicado em termos de reembolso de candidaturas, sendo que desconhecia se o assunto já tinha sido sanado. ----------

Referiu que, no que concerne ao subsídio ordinário da Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira, foi-lhe dada nota que o requerimento deu entrada no Município em fevereiro, tendo a Câmara sido informada de que o requerimento tinha entrado fora do prazo definido. Indicou que viu a cópia do ofício em causa, como tal agradecia que o Senhor Presidente diligenciasse no sentido de verificar o que se passou. ----------

Indicou que recebeu o protocolo que a Câmara tinha aprovado há dois meses com a ADM, contudo tinha solicitado o envio do protocolo assinado, questionou se o mesmo já está disponível. ----------

Disse que tinha conhecimento de que há dificuldades de cabimentação de alguma despesa, sendo que na declaração de voto que apresentou sobre a alteração orçamental e sobre o plano de atividades tinha feito essa menção, contudo considera que nunca pode haver dificuldades de cabimentação em relação aos requerimentos para a criação de postos de trabalho, pois há prioridades e, no seu ponto de vista, a criação de postos de trabalho ou de investimento têm prioridade absoluta, sendo que na informação à Assembleia Municipal verificou-se que havia oito processos pendentes. ----------

No que concerne estrada nacional 232, explanou que em dias mais escuros, obriga os condutores a circular com alguma cautela, uma vez que as marcas na estrada, em algumas curvas, são impercetíveis, tanto na parte que diz respeito à competência da Câmara Municipal de Manteigas como na outra área. ----------

# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, referiu que mais uma vez trazia à colação o assunto do Posto de Turismo, sendo que essas questões já estão explanadas nas atas da Câmara, e não se consegue perceber como é que o assunto ainda não está sanado. ----------

Avocou que se há deficiências na obra, existe uma garantia bancária, para além da caução, que deve ser usada. Pois, não se percebe como é que aquele edifício, numa localização privilegiada e com condições para dar mostra da entrada da vila, esteja nessas circunstâncias, em que não se podem acender as luzes, correndo-se o risco de haver um curto-circuito. ----------

Deu nota que no local está um caldeiro a apanhar água que cai do teto. No seu entendimento, é pouco exigente da parte do Executivo, que não efetue diligências para o problema ser corrigido. Há mais de dois anos que o espaço está naquela situação. ----------

No que diz respeito à Biblioteca, aludiu ser uma questão que também já tinha suscitado em reunião de Câmara, tendo-lhe sido dito, na altura, que o assunto estaria resolvido, contudo tem informações que indicam que esse edifício também tem deficiências construtivas, nomeadamente, no elevador. Solicitou esclarecimentos sobre as matérias explanadas. ----------

------- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão fez alusão que foi discutido em reunião de Câmara, já há umas semanas, o pedido formulado pelo proprietário do Hotel Santa Luzia, de autorização administrativa de licenciamento para colocação de garrafas de gás, num espaço de suporte lateral à unidade hoteleira, que pretende inaugurar em breve. ----------

Recordou que, na altura, a deliberação ficou suspensa, pois levantou-se a questão da titularidade do espaço, onde se pretendia instalar as garrafas de gás. Pese embora, este Executivo já tenha chegado à conclusão, inclusivamente, face a pareceres da CCDR que classificaram a natureza do espaço. ----------

Declarou que se preocupa com o desenvolvimento económico do concelho, em apoiar e incentivar todas as pessoas, que de alguma forma querem contribuir para incrementarem o desenvolvimento económico do mesmo. Disse estranhar, que após já ter passado algumas semanas do assunto ter sido apreciado pela Câmara, essa questão ainda não tenha sido trazida novamente à colação, para ser votada e deliberada. Alegou que existe um empresário que fez um investimento de alguns milhares de euros em Manteigas, e no entanto não via preocupação por parte do Executivo em resolver o problema. Disse que gostaria de saber se já existe alguma solução, o que se pretende fazer. ----------

Explanou que um outro assunto que pretendia abordar prende-se com o mapa de dívida por entidade credora. Nas rúbricas que apresentam valores mais elevados, desconhece a que dizem respeito, por isso solicitou esclarecimentos sobre a Associação APAX, que tem um crédito de três mil euros (3.000,00€); a Eurocivis, com dezassete mil, oitocentos e oitenta euros

(17.880,00€); Samuel Joaquim Ferreira Batista Bernardo Lopes, no valor de trinta e um mil, quinhentos e oitenta e seis euros (31.586,00€), questionou que serviço foi prestado; o Serviço Energético Lda., com vinte e um mil, novecentos e vinte e um euros (21.901,00€); a empresa *Scopbel;* a Trend Burel; e por fim a Vactor Plan Projeto de Construção e Engenharia, cujo o valor considerou ser muito elevado. ----------

------ O Senhor Presidente tomou a palavra para prestar os devidos esclarecimentos sobre as questões suscitadas. Informou que o valor relativo à Associação APAX prende-se com as residências artísticas, foi um protocolo aprovado pela Câmara e que ainda não foi pago, pois ainda não houve atividade. ----------

No que concerne à Eurocivis, disse julgar que o valor em causa tinha sido pago na presente data, e é relativo a comparticipação de Manteigas no projeto CARE. Explicou que o Município de Manteigas já foi financiado e agora tem que pagar a despesa inerente a essa participação. Trata-se de um projeto em que estamos envolvidos como líderes, no âmbito da interação com países da União Europeia, no que diz respeito à problemática dos refugiados. ----------

No que diz respeito ao montante devido a Samuel Joaquim Ferreira Batista Bernardo Lopes, tem a ver com o Parapente, sendo que esse valor já está liquidado. O Serviço Energético LDA. é relativo ao fornecimento de energia. ----------

Deu nota que a empresa Scopbel é a entidade que está a construir o muro das Lages. No que diz respeito à verba da Trend Burel, é no âmbito do apoio à criação de postos de trabalho. Por último, o valor da Vactor Plan Projeto de Construção e Engenharia, prende-se com as obras do Pavilhão Municipal. ----------

No que diz respeito à identificação dos processos na ordem de trabalhos, concordou que neste momento esse procedimento ainda não está uniformizado, certamente que será pela intervenção recente nestes processos da Senhora Arquiteta, que os titula com o nome dos respetivos requerentes. A Câmara tinha decidido que os processos eram identificados na ordem de trabalhos apenas com o número e não com o nome dos requerentes, sendo que alguns vêm identificados com o nome do requerente, outros vêm com o número do processo. Declarou que se irá uniformizar este procedimento, e apenas será identificado o número do processo. ----------

Anuiu que há um problema com as luzes do Ribeiro da Vila, visto que constantemente se desligam. Declarou que todas as semanas alerta o Senhor Engenheiro João Gabriel, para que se verifique essa situação. Avocou que há ali uma insuficiência qualquer, que já foi reclamada junto da empresa que realizou a obra, pois não se pode andar sistematicamente a substituir lâmpadas ou material. ----------

------ O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso tomou a palavra para alertar que o painel do apoio comunitário, que é obrigatório estar exposto, foi caindo aos poucos. ----------

# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- O Senhor Presidente agradeceu o alerta deixado pelo Senhor Vereador, tendo prosseguido com os esclarecimentos solicitados referiu que, no que diz respeito aos salários da Escola de Hotelaria desconhecia que haja ordenados em atraso, ainda assim ia telefonar para essa instituição de ensino, para saber o que se passa. ----------

O requerimento da Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira, para a atribuição do subsídio anual, tem de ser esclarecido, visto que a Comissão de análise avocou que não tinham sido entregues os documentos atempadamente. Questionou a Dra. Gabriela Cravinho se o requerimento deu entrada atempadamente no Município. ----------

------- A Senhora Dra. Gabriela Cravinho explicou que o requerimento é composto pelo formulário e documentos anexos. ----------

------- O Senhor Presidente deu nota que a Comissão, já por diversas vezes tem notificado as entidades quando os requerimentos, para atribuição de subsídio anual, dão entrada no Município e se verifica que estão incompletos, em termos dos documentos essenciais. Por isso é que questionou se o requerimento deu entrada dentro do prazo, pois a Comissão já tinha informado que faltavam documentos, em particular o Plano de Atividades. ----------

Solicitou à Senhora Dra. Gabriela Cravinho que entregue uma cópia do Protocolo da Câmara com a ADM ao Senhor Vereador José Cardoso. No que diz respeito à falta de cabimento para o apoio à criação de postos de trabalho, disse que admitia ser possível que tenha havido um pequeno desfasamento de tempo, contudo foi, inclusivamente, realizada uma alteração orçamental para o efeito, dado que houve um aumento de requerimentos para esse fim. ----------

Relativamente à estrada nacional 232, deu conhecimento que já foi oficiada as Infraestruturas de Portugal, ele próprio já tinha falado com a Senhora Diretora, responsável da Guarda pelas infraestruturas de Portugal, e no que concerne à parte que compete ao Município de Manteigas, na Primavera, quando o tempo assim o permitir, serão realizados os devidos trabalhos. ----------

Deu nota que, nesta data, tinha circulado na estrada nacional 232, no troço que liga Manteigas às Penhas Douradas, com o intuito de verificar qual o estado dessa via, e tanto no troço a jusante como a montante a estrada já está pintada. As Infraestruturas de Portugal vão remendando a estrada, entretanto a mesma fica uns dias sem o traço contínuo. Indicou que há uma forte pressão na Câmara de conterrâneos nossos, que atravessam a Serra e que se queixam do troço de estrada que liga a estrada nacional 232 à Senhora do Espinheiro. As placas arderam e não existe sinalização horizontal, sendo que tal já foi comunicado às Infraestruturas de Portugal. ----------

No que concerne ao Posto de Turismo informou que na semana em curso tinha sido remetida uma missiva para o empreiteiro, na qual se comunica que o Município de Manteigas vai acionar a caução e fazer os respetivos trabalhos. Isto porque estamos perante a ineficiência de uma

empresa, que pelos vistos não era suficientemente profissional para fazer os trabalhos e que os deixou naquele estado. ----------

Explicou que quando ocorrem estas situações e tem que se acionar as garantias, é necessário primeiro deixar correr um período de notificações, sendo que o tempo foi correndo, como a empresa não sanou o problema o Município irá fazer os trabalhos. No que diz respeito à Biblioteca, referiu que o Senhor Engenheiro João Gabriel o tinha informado de que estava tudo resolvido, foi ainda dado nota que em relação à água que cai no átrio entre o Auditório do Centro Cívico e a Biblioteca, nada tem a ver com as obras aí realizadas, sendo uma obra que a Câmara terá de efetuar, que é a reparação do telhado, já antigo, do Auditório. ----------

------ O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia reiterou que tinha conhecimento de que há deficiências construtivas, nomeadamente, nos painéis do elevador, que têm intervalos entre placas, encontrando-se as mesmas tapadas *ad hoc*. ----------

O Posto de Turismo é uma situação diferente, a água já está introduzida na calha e já há queda de água para o chão, que está a ser apanhada por um balde, há o risco iminente de haver um curto-circuito e alguém ficar eletrocutado. As luzes nunca estiveram em condições para serem ligadas como deviam, à semelhança dos painéis que estão do lado oposto à estrada.----------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão suscitou a seguinte questão: se a obra revelava estas deficiências, se há todo um conjunto de imperfeições, tal como tem sido reportado, como é que na altura não se verificou essa situação e se aceita uma obra com essas deficiências todas. ----------

------ O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia clarificou que a obra ainda não foi recebida definitivamente, contudo o edifício nunca teve a iluminação que deveria ter. O espaço deveria estar totalmente iluminado à noite, tal como demonstra os painéis do outro lado da rua. O Posto de Turismo não pode ter este tipo de dificuldades, sendo que no seu ponto de vista a situação já deveria já estar sanada, sobretudo quando há perigo para quem ali trabalha e passa.

------ O Senhor Engenheiro João Gabriel pediu a palavra para prestar esclarecimentos técnicos sobre as dúvidas suscitadas pelos Senhores Vereadores. Explanou que relativamente ao Ribeiro da Vila, cada sistema de iluminação esta compartimentado em vários troços, tem um programador específico, que define a ligação e o corte da energia para aquele setor, quer seja nas arcadas das pontes, ou nos troços específicos da iluminação do Ribeiro. ----------

Referiu que tem sido com alguma regularidade estranha, que alguns programadores têm avariado, sendo que desconhece se tal ocorre pelas condições de humidade, de choques térmicos que existem junto ao Ribeiro, mas a verdade é que os programadores têm avariado ou têm-se desprogramado com facilidade. Aludiu que esta é uma situação que não consegue explicar, uma vez que a área de eletrónica não é a sua área de formação. ----------

Informou que é com regularidade, que o Município tem solicitado ao prestador de serviços para ir ao local reprogramar, novamente, e ver o que se passa em cada programa, pois são vários troços onde isso se verifica. Basta um programa avariar que a iluminação fica ligada toda a noite, ou então não dispara para ligar a iluminação. Clarificou que não há problemas de lâmpadas fundidas, de iluminações estragadas ou deterioradas, é somente um problema de programação e do relógio programador. ----------

No que diz respeito ao Posto de Turismo, explanou que o mesmo estava a funcionar em pleno quando foi inaugurado e aberto ao público. Contudo, no primeiro inverno, teve uma entrada de água nas ampliações, que começou a sair num dos focos. Nesse contexto, imediatamente, notificou-se o empreiteiro e solicitou-se ao operador do Posto de Turismo que, por precaução, não ligasse uma determinda linha de energia até o problema estar resolvido. ----------

O empreiteiro e a diretora técnica deslocaram-se ao local, mas não puderam subir à cobertura do edifício, uma vez que as condições atmosféricas não o permitiam, contudo aludiram que o fariam assim que fosse possível. A verdade é que passou algum tempo e a Câmara realizou uma nova notificação ao empreiteiro, contudo fomos informados que a diretora técnica saiu da empresa, tendo deixado o problema por resolver, sendo que o empreiteiro alegou que também não conhecia o problema em causa, isto já em 2018, tendo depois passado outro inverno sem o problema estar resolvido. ----------

Entretanto, o Município notificou a empresa de que iria resgatar a caução, uma vez que ainda está a decorrer período que medeia a receção provisória e a receção definitiva da obra. Neste seguimento, o empreiteiro juntamente com outra diretora técnica da empresa e com o respetivo sócio maioritário, vieram ao local, tendo estes alegado que resolviam o problema e que o Município não necessitaria de resgatar a caução. Nesse contexto, a Câmara parou o processo de resgate da caução, esperando que a empresa sanasse a situação. ----------

A verdade é que não resolveram o problema e na última comunicação o Município relatou que a situação persiste e que vai usar a caução para realizar os devidos trabalhos, que eles não executaram durante esse período. ----------

No que concerne à Biblioteca, explicou que houve uma parede envidraçada, completa, do lado exterior, que ou por deficiências das ligações do vidro entre painéis, (visto que uma das portas tinha que abrir, por se tratar da porta de emergência e como tal havia sempre folgas, que já se conseguiram resolver), houve entrada de água na caixa do elevador, isto também devido à falta de limpeza dos caleiros, que estavam sobre o elevador. Sublinhou que, nos últimos tempos não lhe foi reportado qualquer problema que aí tenha acontecido. ----------

A única infiltração que está a acontecer, neste momento, ocorre no átrio, na porta de entrada do Auditório, mas tal provém da cobertura do mesmo, que já tem trinta anos e as telas necessitam

ser mudadas. Trata-se de um problema que já está sinalizado e que precisa de uma intervenção de fundo. ----------

------ O Senhor Presidente tomou a palavra, solicitou ao Senhor Engenheiro João Gabriel que mande verificar se no que concerne à Biblioteca a situação está efetivamente resolvida. ----------

No que diz respeito à questão levantada pela Senhora Vereadora Irene Leitão, sobre a construção do espaço para armazenamento de gás do Hotel, explicou que o Hotel não está parado por essa questão, mas pelo facto de terem sido detetadas uma série de inconformidades em relação ao projeto, há uma série de alterações que desconhece se são ou não enquadráveis perante a lei. ----------

Neste momento, o processo encontra-se em fase de recolha de elementos, o proprietário já foi notificado, tendo reunido juntamente com o técnico do projeto e com os serviços competentes do Município, sendo que se aguarda que sejam remetidos para a Câmara os elementos em falta, para se perceber se as referidas alterações são ou não enquadráveis perante a legislação. ------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão elucidou que a sua questão não se prende com o exposto pelo Senhor Presidente, mas é no âmbito do assunto que já veio a deliberação de Câmara. ----------

------ O Senhor Presidente fez alusão que a Senhora Vereadora Irene Leitão tinha referido na sua explanação, que o processo do Hotel estava parado, contudo o que se verifica é que o mesmo não está parado por causa da autorização administrativa de licenciamento para colocação de garrafas de gás, num espaço de suporte lateral à unidade hoteleira, mas pelas razões já avocadas. ----------

No que concerne ao espaço adjacente à unidade hoteleira supracitada, o Município tem o parecer da CCDR, assim como, atendendo ao que foi decidido em reunião de Câmara, que deveria tentar-se perceber se aquela área estava incluída ou não no registo do terreno do Posto de Turismo, já foi proferida uma informação do serviço de Património, tendo-se chegado à conclusão que o terreno do Posto de Turismo, está coberto pelo edifício, e tem a mesma área que esta no registo. O que importa agora saber, e que ainda não se conseguiu, é como é que o espaço onde está situado o talude veio à posse da Câmara, visto que não tem registo. ----------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão aludiu que segundo as informações que foram trazidas a reunião de Câmara, tinha ideia que a natureza daquele espaço já tinha sido definida, contudo ia verificar a ata onde o assunto está explanado. No seu entendimento, só havia uma forma de alienação e, na altura, já tinha sido decidida pela Câmara. ----------

------ O Senhor Presidente clarificou que, precisamente, por ainda não estar definida a natureza daquele espaço é que ainda não se chegou à conclusão de qual a forma de alienação do mesmo. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, explicou que se o espaço em causa for do domínio privado da Câmara, terá um determinado tratamento, se for do domínio público terá outro tratamento. Ainda assim, pode-se passar o espaço do domínio público para o domínio privado da Câmara, basta para o efeito haver uma deliberação consonante da Assembleia Municipal, portanto não se está perante uma irreversibilidade processual. ---------- Do seu ponto de vista, aquele local teve um loteamento antes da atual lei do loteamento e apenas eram loteamentos indicativos, havia sobrantes, tal como acontece em todo o Bairro do Olival, que tem essa configuração da lei do loteamento, que não é a atual. Por isso, quando se registou o terreno, apenas se registou o edifício, contudo não tinha dúvida que todo o espaço é sobrante do resto das construções. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso recordou que o primeiro pedido foi apresentado em fevereiro e veio a reunião de Câmara, sendo que o primeiro parecer da CCDR foi mal elaborado, pois considerou o local como estrada nacional, quando na verdade é municipal, e por isso o parecer veio no sentido de o espaço ser do domínio público. Na altura, o Órgão Executivo considerou que não devia ser assim, tendo o assunto sido reapreciado pela Câmara em maio. Na sua opinião, desde que entrou o pedido até à presente data já se passou demasiado tempo, atendendo que se trata apenas de um metro e meio quadrado de terreno. ----

------- O Senhor Presidente declarou que essa questão é o menor dos problemas, pois está nas mãos do Executivo resolvê-la, inclusivamente, considera que dada a localização do espaço, até porque não está na superfície do talude, logo não é de utilização pública. Reiterou que não é isso que está a atrasar o processo do Hotel. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou qual o ponto de situação das obras no Pavilhão. ----------

------- O Senhor Presidente informou que as obras ficaram concluídas antes do dia sete, tendo pedido ao Grupo Desportivo de Sameiro que não se corressem riscos, apenas por causa do fornecimento de dois ou três equipamentos que estavam em falta, e que entretanto já chegaram. Considerou que não houve uma derrapagem de tempo significativa, apenas de três ou quatro dias, em relação ao tempo previsto. ----------

------- O Senhor Engenheiro João Gabriel pediu a palavra para esclarecer que, neste momento, é apenas uma questão de preparação, de limpezas e de testes e não de obras propriamente ditas. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia disse ter tido conhecimento que Manteigas foi mais uma vez distinguida como o concelho com melhor qualidade de vida, já tínhamos tido essa distinção no passado e ainda bem que se repetiu. Nesse sentido, felicitou Manteigas e os Manteiguenses pela qualificação do nosso concelho. ----------

Deu ainda nota que o Senhor Presidente da Câmara vai tomar posse como Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal (CIM), fez votos que tudo corra bem. ----------

------ O Senhor Presidente indicou que ainda não está definida a data de tomada de posse, sendo que o normal seria acontecer quando fizesse os dois anos de mandato, contudo o mandato da atual Direção da CIM não começou na mesma altura do mandato autárquico. Por outro lado, a escolha da atual Direção demorou alguns meses, e em março completaria os dois anos, contudo, provavelmente, essa tomada de posse será ainda durante o mês de janeiro, embora sem data ainda definida. ----------

---------- **Ordem do Dia.** ----------

**Deliberação sobre o ofício remetido pela Associação das Termas de Portugal – Termas Centro (Constituição do novo consórcio – Território Termal de Manteigas/Manteigas).** ----

------ Foi presente, para deliberação, a aprovação do Contrato de Consórcio Provere "Valorização das Estâncias Termais da Região Centro – 2ª fase". ----------

------ O Senhor Presidente fez uma breve explanação sobre esta matéria. ----------

------ O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso questionou sobre o que é que a Associação Termas de Portugal vai fazer com os dois milhões duzentos e dezanove mil euros (2.219.000,00€) deste programa. Qual a razão de na distribuição de verbas, São Pedro do Sul recebe mais de cinquenta mil euros (50.000,00€) e os outros todos recebem entre doze mil euros (12.000,00€) e catorze mil euros (14.000,00€). ----------

Declarou ser lamentável este divórcio das Termas de Manteigas, porque é o único concelho que não tem associado, todas as outras Termas estão neste consórcio, menos as Termas de Manteigas. Recordou que já no terceiro Quadro Comunitário essa foi a única entidade que não apresentou candidaturas ao programa das Termas. ----------

------ O Senhor Presidente clarificou que esses valores diziam respeito ao montante que os parceiros tinham de pagar (e não de receber) pela participação no consórcio, a repartição do montante de dois milhões duzentos e dezanove mil euros (2.219.000,00€) ainda não está feita em termos de comparticipação, sendo que só assinaria o protocolo depois de saber quais são os valores alocados. ----------

No que diz respeito à não participação das Termas de Manteigas neste consórcio, referiu que a Câmara Municipal de Manteigas, numa primeira fase deste Provere, pagou uma fatura de mais de quatro mil euros (4.000,00€) de componente de financiamento própria do Inatel, que deveria ter sido paga por essa entidade, visto que aquilo que foi candidatado foi a animação do Inatel e não do concelho. O Senhor Presidente questionou se os Senhores Vereadores concordavam que se manifeste a intenção de assinatura do protocolo. ----------

# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão declarou que não concorda com a assinatura desse protocolo, pois considera ser indecoroso. Este projeto é para as Termas de Portugal – Termas Centro, portanto só dirá respeito à promoção da animação no Inatel. É indecoroso que as Termas de Manteigas não estejam associadas a este consórcio. ----------

É a Câmara que está a financiar o Inatel, que por seu lado não tem feito nenhuma parceria com o Município, para ajudar o desenvolvimento de Manteigas, e pega nos seus utentes e faz excursões até Seia e Gouveia para lhes mostrar outras regiões. ----------

Por outro lado, apenas se sabe que se assinarmos o protocolo, a Câmara vai pagar doze mil trezentos e sessenta euros (12.360,00€), não se conhece se há retorno, se o investimento é aprovado ou não e, provavelmente, não dará para mais nenhuma animação. Declarou que ia votar contra e apresentaria uma declaração de voto. ----------

------- O Senhor Presidente clarificou que o Inatel não está neste Provere, mas a Câmara pretende com isto candidatar despesas de animação do concelho, em particular o Festival de Outono, pois são despesas que não têm comparticipação e que podem ser comparticipadas através desse programa, e não despesas de animação do Inatel. ----------

------- Submetido à votação a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão (que apresentou declaração de voto), aprovar o referido contrato. ----------

------- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

------- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão apresentou uma declaração de voto que em seguida se transcreve:

*"As Termas de Manteigas, das Caldas ou Fonte Santa (nome utilizado pelas Termas de Almeida) são a única riqueza intrínseca do concelho, que tão negligentemente o executivo municipal da Câmara, na década de 80 do século passado desmereceu.*

*Considero que o desenvolvimento económico e social de Manteigas, passará necessariamente por uma exploração empenhada, das Termas de Manteigas. É difícil de perceber e aceitar, como é que umas Termas dos finais do século XIX, pelas características da sua água, ocuparam lugar cimeiro na história do termalismo português, não sejam atualmente capazes de captar pessoas que as mantenham em funcionamento o ano inteiro.*

*É estranho que ao contrário de algumas unidades hoteleiras, sediadas em territórios nos quais existem estâncias termais, designadamente, Caldas de Felgueiras, Caldas da Rainha, Luso, São Pedro do Sul e Monfortinho, entre outros, se tenham constituído membros do consórcio Provere, e o Inatel, proprietário da unidade termal, não o tenha feito.*

*É indecoroso, ser apenas o Município de Manteigas a comparticipar com a quantia 12.360,91€ para os programas de ação a desenvolver pelo Provere, quando o próprio proprietário do*

*estabelecimento termal o não faz. Que sentirão os demais estabelecimentos do concelho, cuja vocação é o lucro, ao saberem que a comparticipação da Câmara beneficia o Inatel, quando este, não se digna a promover a visita dos utentes das termas no próprio concelho, encaminhando-os para passeios em concelhos limítrofes."* ----------

------ O Senhor Presidente disse que apenas pretendia prestar um esclarecimento. O Inatel e as Termas de Manteigas estão a funcionar durante todo o ano. A Câmara não vai suportar projetos candidatados pelas Termas do Centro, aquilo que será pago não é para projetos desenvolvidos pelas Termas do Centro, mas sim para projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Manteigas, no âmbito da animação de um território que também tem Termas. ----------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão afirmou que esperava estar enganada com esta declaração de voto, sendo que estaria atenta e caso haja candidatura e retorno para o concelho, dará os parabéns à Câmara por esta deliberação. ----------

**Deliberação sobre o apoio ao projeto "Transumâncias – Itinerários turísticos baseados nas atividades da transumância e no patrimônio histórico e imaterial nas Beiras, Serra da Estrela e Alentejo". ----------**

------ Foi presente, para deliberação, o apoio ao projeto "Transumâncias – Itinerários turísticos baseados nas atividades da transumância e no património histórico e imaterial nas Beiras, Serra da Estrela e Alentejo". ----------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, no uso da palavra, referiu que ia votar contra, com declaração de voto. Pois, como o próprio nome indica, isto trata-se do desenvolvimento da Gardunha, este projeto foi pensado para a região da Gardunha, a Serra da Estrela é diferente da Gardunha. Por outro lado, desconhecia em que medida é que isto pode ser benéfico para o concelho de Manteigas. ----------

------ Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, que apresentou declaração de voto, prestar o referido apoio, mandatando para o efeito o Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

------ Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão apresentou uma declaração de voto que em seguida se reproduz:

*"Voto contra o projeto proposto pela Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, pois não vislumbro nele o mínimo de credibilidade, no que concerne à promoção do concelho de Manteigas em termos de divulgação turística, com inerentes benefícios para os agentes económicos locais.*

*Por um lado, desconhecem-se em concreto quais os efeitos práticos, da atuação da Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, bem como dos seus parceiros, Destinature – Agência para o*

*Desenvolvimento do Turismo de natureza; a ADIRAM – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha; e o CCLÂ, no desenvolvimento das regiões pelo mesmo abrangidas.*

*Por outro lado, não me parece de que forma poderá promover seja o que for em Manteigas e no concelho, atendendo aos objetivos do mesmo, dado não existirem no concelho de Manteigas, agricultores e pastores, não será possível valorizar e a comercialização de qualquer produto ligado à atividade pastoril, pois a mesma não existe, como também não é possível a transformação de produtos provenientes da atividade agropecuária, pois ela também não existe no concelho.*

*Tudo mais, como se verifica do enfoque que a Associação Gardunha 21 assinala na missiva dirigida ao Senhor Presidente, são ações que não se ajustam à nossa realidade, e sim à realidade do concelho, sede da Gardunha 21, que surgiu para promover o desenvolvimento da região da Serra da Gardunha, cujas características são diferentes da região da Serra da Estrela; não podemos aceitar projetos iguais para realidades diversas.*

*Ainda que supostamente o dito projeto, seja financiado em 70% pelo Turismo de Portugal, tal comparticipação só confirma as opções despesitas do Governo, com a ausência absoluta de opções sérias e estruturadas, na promoção do turismo na região da Serra da Estrela e no nosso concelho."* ----------

**Deliberação sobre a abertura do procedimento para aprovação do Regulamento municipal de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local – "Lojas com história". ----------**

------- Foi presente, para deliberação, a aprovação do início do procedimento para aprovação do Regulamento municipal de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local – "Lojas com história". ----------

------- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, tendo feito alusão que para haver história, é preciso que os estabelecimentos tenham no mínimo cem anos, contudo apenas conhece dois ou três estabelecimentos, em Manteigas, que têm mais de cinquenta anos. Relativamente às entidades, não diria o mesmo. ----------

Explanou que verificou a remissão para a ata, tendo conhecimento que este assunto foi aprovado pela Câmara e que, na altura, deve ter sido realizado um levantamento dos estabelecimentos e entidades, contudo desconhecia quais é que são aí visadas. ----------

Considerou ser ridículo abrir um procedimento para criar um regulamento, para proteger seja o que for. A lei que prevê esta proteção foi concebida, tal como têm feito os governos centrais sucessivos, para protegerem as zonas que conhecem, que é o litoral, não conhecendo as realidades que se passam no nosso concelho. ----------

No que diz respeito às associações e entidades que existem, as mesmas já estão protegidas e acarinhadas, já são protegidas pela Câmara, tirando um ou outro caso, que iria mencionar na declaração de voto que ia apresentar. Em suma, considerou no mínimo ridículo a Câmara gastar os parcos recursos que tem, financeiros e humanos, a elaborar um regulamento que não vai servir para coisa alguma. ----------

------ Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, que apresentou declaração de voto, aprovar o início do procedimento. ----------

------ Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão leu uma declaração de voto que em seguida se passa a citar:

"*As «Lojas com História» no concelho de Manteigas, contam-se pelos dedos de uma mão e ainda sobram dedos. Para além da papelaria do Sr. José da Alice, da Preferida, desconheço qualquer outra com mais de 50 anos, não sei quais as lojas eleitas, a que se refere a ata n.º 02/2019, no entanto, correndo o risco de ser injusta, não me parece que objetivamente possam nela vigorar quaisquer dúvidas.*

*Quanto às entidades e associações, evidentemente existem mais, contudo é visível que as mesmas, têm até então sido protegidas e acarinhadas, quer pela comunidade, quer pelas instituições que o devem fazer, quer pela Câmara Municipal, designadamente com a atribuição anual de subsídios; exceto um ou outro caso pontual, que por razões desconhecidas, este Executivo Municipal quase destruiu, quer por omissão de apoios, quer por sonegação de espaço onde habitualmente desenvolvia a sua ação, refiro-me em concreto ao Rancho da Casa do Povo, ironia é ser do Povo…*

*A ajuda e manutenção das ditas Lojas, por parte da Câmara Municipal, passará por uma forma mais simples e prática, é fazer-se cliente das mesmas, elegê-las para a aquisição de serviços e produtos, que prestem/produzam, dos quais necessite, em detrimento de aquisições fora do concelho.*

*A lei 42/2017, confere competência aos Municípios para proteção e salvaguarda de estabelecimentos e entidades, foi pensada para Municípios específicos, para a única realidade que o Poder Central conhece – o Litoral.*

*O desencadeamento do procedimento proposto, para a elaboração do dito Regulamento, não passará de um desperdício de recursos humanos e financeiros do Município, dos quais tão carente está, que levou já à alteração do mapa de pessoal da autarquia. Sugiro a sua aplicação em algo verdadeiramente útil, designadamente o apoio logístico e acompanhamento informado a nível de licenciamento urbano, a pessoas que queiram instalar a sua atividade no concelho.*

*Assim justifico o voto contra."* ----------

**Deliberação sobre o apoio financeiro extraordinário para o desenvolvimento de ações excecionais – Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira.** ----------

------- Foi presente, para deliberação, o pedido de apoio financeiro extraordinário para o desenvolvimento de ações excecionais, formulado pela Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, recordou que, antigamente, era obrigatório, e na sua opinião devia de ser sempre recomendável, obter previamente o parecer do CLAS, pois é bom que as outras entidades, que trabalham nesta área social, tenham conhecimento umas das outras, do que cada uma faz e do trabalho conjunto que daí resulta. ----------

Em relação à proposta de apoio apresentada, considerou ser manifestamente insuficiente, dado que se está a falar de um investimento de trezentos mil euros (300.000,00€), portanto qualquer valor que seja abaixo de oitenta (80.000,00€) ou cem mil euros (100.000,00€), merece o seu voto negativo. ----------

Alegou que a Música Nova, para a instalação da sede, recebeu setenta e cinco mil euros (75.000,00€), a Música Velha recebeu para a instalação da sede noventa mil euros (90.000,00€) e agora, para uma entidade de cariz social propõe-se vinte mil euros (20.000,00€), o que na sua opinião é manifestamente insuficiente, sobretudo quando a Música Nova teve uma comparticipação de outra natureza, a Banda Boa União não teve e a Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira, não tem nenhum programa onde possa apresentar uma candidatura, para financiar os trezentos mil euros (300.000,00€). ----------

Disse que admite que a Câmara Municipal não tenha a disponibilidade de dar esta verba num só orçamento, aliás no orçamento foi colocada uma verba para a Associação supracitada e outra para a AFACIDASE, sendo que se ficou sem se perceber qual era a verba destinada à Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira. ----------

Salientou que se a Câmara não puder dar essa verba num só ano, que a mesma seja repartida em dois ou em três anos, pois aquela entidade pode recorrer a empréstimo bancário, e mais tarde socorrer-se do apoio da Câmara, minimizando claramente os juros. ----------

Aludiu que desconhece se essa entidade consegue arranjar duzentos e oitenta mil euros (280.000,00€) para essas obras. ----------

------- O Senhor Presidente elucidou que tinha conversado com a Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira, e é claro que se a Câmara deliberar pagar todo o valor, essa entidade ficará agradecida. Contudo, tinham de ser razoáveis, a Associação de Melhoramentos não faria uma obra se não tivesse condições financeiras para a fazer. E para um valor, em termos de

investimento e aquisição de equipamento, de trezentos mil euros (300.000,00€), certamente que essa entidade não se meteria neste processo se não tivessem financiamento garantido. ----------
Deu nota que o acordo a que chegou com a referida Associação, foi de ser concedido um subsídio no montante de vinte mil euros (20.000,00€), que essa entidade não rejeitou, nem fez finca-pé para que o subsídio fosse mais elevado. Recordou que a Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira perdeu o subsídio anual, que há pouco tempo foi votado contra, por esta Câmara, pelos motivos já enunciados, e como tal terá de ser compensada, no próximo ano, em relação ao subsídio que este ano não tiveram. ----------
Explanou que a proposta em apreço está perfeitamente compaginada com os interesses dessa associação. ----------
------ O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, aludiu que não concordava absolutamente com aquilo que o Senhor Presidente tinha explanado. Vinte mil euros (20.000,00€) é melhor do que nada. ----------
A Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira vai passar de quinze para vinte e cinco utentes. As obras que foram realizadas na Unidade de Cuidados Continuados e no próprio Lar da Santa Casa da Misericórdia de Manteigas foram comparticipadas. A Câmara concedeu trinta mil euros (30.000,00€), só no ano passado, para remodelação de camas. No seu entendimento, há aqui algum desfasamento. ----------
Alegou que teria de perceber quanto é que custou a Unidade de Cuidados Continuados e quanto é que a Câmara financiou, para poder ter um termo de comparação. Do seu ponto de vista, há um desfasamento em termos de equidade, estão a ser iníquos em relação à distribuição, como tal deve ser repensada esta verba, pois é escassa. ----------
Referiu que a Associação supracitada não tem apoios de outras entidades, isto porque não realizou um concurso público para a obra, ou seja, para ter financiamento tinha que ter aberto um concurso público, até porque julga que essa entidade tem acordo com a Segurança Social, logo está obrigada às regras de contratação pública. ----------
Avocou que embora esta IPSS tenha dinheiro, tal como é referido no seu próprio relatório, ainda assim, esse não deve ser o critério para atribuição desse subsídio. Declarou que devem ser equitativos na atribuição de subsídios para obras com o mesmo intuito, que é proteção social, é desenvolvimento social, deve ser feita uma proporção direta com o que é comparável, ou seja, com o que acontece na Santa Casa da Misericórdia de Manteigas e com o que acontece neste Lar de Vale de Amoreira. ----------
Concordou com o Senhor Vereador José Cardoso que o valor a atribuir é baixo, embora considere que também não deve ser pago de só uma vez, mas não se pode deixar de compensar essa entidade, tal como se compensou a outras IPSS's do concelho. ----------

# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- O Senhor Presidente anuiu que a Câmara não pode ser iníqua nas suas decisões, mas também tem de ter em conta o volume de investimento da Santa Casa da Misericórdia, o subsídio que a Câmara lhe atribuiu e ter em conta o volume de investimento que foi muito maior, que o volume de investimento que está Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira irá realizar. ----------

Reiterou que conversou previamente com essa Associação e esta foi a proposta acordada, embora tenham manifestado a necessidade de, no futuro, continuarem a ser apoiados. Os apoios não se esgotam com este subsídio, sendo que o seu compromisso foi que até ao final do ano em curso, lhe seria pago este montante de vinte mil euros (20.000,00€), ainda do orçamento deste ano, pois foi feita uma alteração orçamental para o efeito. ----------

O Senhor Presidente comprometeu-se a falar com a referida Associação e a rever todos os valores que foram pagos à Santa Casa da Misericórdia de Manteigas e a outras instituições, com o intuito de se perceber até onde a Câmara pode apoiar a Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira. ----------

------- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão fez uso da palavra, aludiu que a Associação supracitada refere no seu relatório que tem um saldo de trezentos e cinquenta mil euros (350.000,00€). Referiu que desconhece se vinte mil euros (20.000,00€) é muito ou pouco, se é equitativo em relação às outras comparticipações atribuídas às Bandas e à Santa Casa da Misericórdia. Contudo, no seu entendimento, deve ser concedido o valor de vinte mil euros (20.000,00€), sem prejuízo de ao longo da elaboração das obras, caso haja uma grande derrapagem financeira, que há sempre, e se houver custos adicionais que ponham em causa a manutenção da referida Associação, apresentando as contas, pode-se equacionar a hipótese de a mesma ser comparticipada em mais verba. ----------

Considerou que não é critério a premissa que se demos a uma entidade um determinado valor, temos também de dar um determinado valor a outra entidade. Tem que se ter em linha de conta a proporção atribuída para um determinado volume de obras e a proporção para outro determinado volume de obras. Propôs que se aprove conceder o montante de vinte mil euros (20.000,00€) a essa entidade, com a condição de se saber como é que as obras são desenvolvidas e de se verificar a necessidade de, posteriormente, se aprovar uma comparticipação adicional. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia explanou que o facto de esta entidade ter um saldo de trezentos mil euros (300.000,00€) não é motivo para não se atribuir um subsídio superior ao proposto, até porque esta entidade é uma Associação de Melhoramentos, não é só o Lar, tanto que teve prejuízo nas duas últimas explorações no valor de cinco mil e quinhentos

euros (5.500,00€), sendo de conhecimento o valor que gasta por mês, em despesas fixas e correntes. ----------

Disse que não tinha entendido que o valor de vinte mil euros (20.000,00€) seria para ser atribuído em 2019, e nesse contexto, parece-lhe bem o valor proposto, contudo pretendia que houvesse outros compromissos por parte do Município, ou seja, que todo o equipamento fosse substituído, tal como foi substituído todo o equipamento da Santa Casa da Misericórdia. ----------

------ O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso frisou que mantinha a sua explanação. Referiu que se sente desconfortável, visto que propôs à Câmara Municipal um apoio, em três anos, de noventa mil euros (90.000,00€) para o auditório da Música Velha, ou seja, para atividades culturais, sendo que o investimento desta Associação é maior, logo não acha correto atribuir-se vinte mil euros (20.000,00€) a uma instituição de carácter social, cujo fim é a construção de instalações e para equipamento. Alegou que se pode comprometer a qualidade da obra, assim como a qualidade dos serviços prestados pela entidade supracitada. ----------

A Câmara tem atribuído diversos subsídios a entidades que são mal geridas e quando aparece uma associação que é bem gerida atribui este valor. Disse que ficou admirado que a Direção da Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira, e principalmente o seu Presidente, tenha aceitado a atribuição desta verba, quando sabe que só para os acertos da obra primitiva, o Município de Manteigas teve que pagar mais cinquenta mil euros (50.000,00€), verba que na altura estava em falta para a referida obra. ----------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão deixou a ressalva, que esta proposta não fecha a porta, para que o valor do subsídio possa ir até ao montante referido pelo Senhor Vereador José Cardoso, ou mais, contudo têm de ser observados o desenvolvimento da obra e os condicionalismos, e terá que ser na devida proporção. ----------

------ O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia sugeriu que a Câmara delibere atribuir à Associação em causa, o subsídio de vinte mil euros, podendo este ser acrescentado até ao montante que for entendido, depois de se fazer o encontro com outras instituições de igual género. ----------

------ O Senhor Presidente atendendo ao que foi explanado neste ponto da ordem de trabalhos propôs que a Câmara delibere conceder o apoio de vinte mil euros (20.000,00€) em 2019, com o compromisso de o mesmo ser revisto, em função da análise de subsídios similares já concedidos a outras instituições do concelho, no âmbito sociocultural, relativamente à realização de obras e aquisição de equipamentos. ----------

------ Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso (por considerar insuficiente), aprovar o referido apoio, no valor de €20.000,00 (vinte mil euros), para o ano de 2019, com o compromisso de vir a

ser revisto em função dos apoios similares concedidos a outra instituições do Concelho de âmbito sociocultural, relativamente à realização de obras e aquisição de equipamento. ----------

------- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso apresentou uma declaração de voto, que em seguida se reproduz:

*"Acho que esta proposta é pouco generosa, embora esteja em sintonia com aquilo que a Associação pediu, mas é injusta e é iníqua. Acho que devemos premiar a boa gestão da Associação de Melhoramentos e considerar que a Associação não tem acessos a outros financiamentos ou candidaturas."* ----------

**Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas, pela utilização do Pavilhão Municipal, formulado pela Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela (AFACIDASE). ----------**

------- Foi presente, para deliberação, o pedido de isenção de taxas, pela utilização do Pavilhão Municipal, formulado pela Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela (AFACIDASE). ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso leu um trecho do Regulamento de utilização do Pavilhão Municipal, que refere. *"Ficarão isentas do pagamento de taxas de utilização as entidades que tenham celebrado um protocolo com a Câmara Municipal*". Avocou que se o intuito é isentar a AFACIDASE deste tipo de taxas, deve-se aumentar o subsídio a essa entidade, para que possa pagar este género de despesas. Recordou que foi isso que foi feito com todas as instituições do concelho, que no passado estavam isentas de pagar água, saneamento e os resíduos sólidos, nesse sentido foi aumentado o subsídio num determinado ano e mantido esse valor nos anos seguintes. ----------

O regulamento de utilização do Pavilhão Municipal é específico e por isso sobrepõe-se ao regulamento de Taxas e Licenças. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aludiu que desconhecia a existência deste regulamento específico. Afirmou que se o regulamento de Taxas e Licenças permite a isenção de taxas, mas o regulamento de utilização do Pavilhão não o permite, não podia votar algo em dicotomia. ----------

------- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, aprovar a referida isenção. ----------

------- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

------- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia declarou o que em seguida se passa a citar: "Abstenho-me por uma questão de formalismo, porque há um regulamento específico que

se sobrepõe ao regulamento geral de taxas e licenças. Sou da opinião que se deve dar a verba correspondente, para depois ser liquidada essa taxa pela própria associação." ----------

------ A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou que fosse incluída na próxima ordem de trabalhos, a revogação do regulamento de utilização do Centro Cívico de Manteigas e que cada caso será decido *per si*. ----------

------ O Senhor Presidente sublinhou que na dúvida pede que na informação se reforce, se devidamente fundamentado é possível a isenção de taxas, face ao Regulamento de Taxas e Licenças. Anuiu que serão revistos os Regulamentos avocados. ----------

**Deliberação sobre a aprovação do projeto de arquitetura, apresentado no processo n.º 22/2019. ----------**

------ Foi presente, para aprovação o projeto de arquitetura, apresentado no processo n.º 22/2019. ----------

------ Submetida à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido projeto de acordo com o proposto na informação técnica nº 7280/Proc. 22/2019, datada de 25-11-2019. ----------

------ Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

**Deliberação sobre a aprovação da ampliação da escola primária, solicitada por Moura Salvado – Projetos e Gestão Imobiliária, LDA. ----------**

------ Foi presente, para deliberação, a aprovação da ampliação da escola primária, solicitada por Moura Salvado – Projetos e Gestão Imobiliária, LDA. ----------

------ Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ampliação, nos termos do proposto tecnicamente. ----------

------ Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

**Deliberação sobre o licenciamento da alteração e ampliação de habitação unifamiliar (Proc. 15/2018). ----------**

------ Foi presente, para deliberação, a aprovação do licenciamento da alteração e ampliação de habitação unifamiliar (Proc. 15/2018). ----------

------ Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido licenciamento, nos termos do proposto na informação técnica nº 7774/Proc. 15/2018, datada de 19-11-2019. ----------

------ Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

**Deliberação sore a alteração de edifício unifamiliar (Proc. 12/2016).**

------ Foi presente, para deliberação, a aprovação da alteração de edifício de habitação unifamiliar (Proc. 12/2016). ----------

# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida alteração, nos termos do proposto na informação técnica nº 5247/Proc. 12/2016, datada de 25-11-2019. ----------

------- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

**Finanças Municipais. ----------**

------- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de quatrocentos e setenta mil, quinhentos e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos (470.504,55€). ----------

------- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e trinta minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. ----------

------- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim _____ Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.----------